



Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



CONTRATO 0108/12-SEPOP

CONTRATO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BAIRRO ESTÂNCIA SÃO JOSÉ, CELEBRADO ENTRE ESTE MUNICÍPIO E A EMPRESA CONSTRUÇÕES J & CJ LTDA - ME, EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:

Cláusula 1.ª - PARTES E FUNDAMENTOS:

1.1 - CONTRATANTE

Município de Poços de Caldas, CNPJ nº 18.629.840/0001-83, com sede na Av. Francisco Salles, nº 343, centro, Poços de Caldas - MG, neste ato representado pela Sra. Cibele Terezinha de Melo Benjamin, Secretária Municipal de Projetos e Obras Públicas.

1.2 - CONTRATADA

Construções J & CJ Ltda-ME, com sede na Av. Marechal Castelo Branco, nº 220 casa 01, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, CEP 37704-000, CNPJ nº 11.173.520/0001-12, neste ato representado pelo Sr. Jean Carlos Bertolini, brasileiro, casado, empresário portador do RG nº MG-15.114.225 expedido pelo SSP/MG E CPF Nº 079.690.706-47, residente e domiciliado na cidade de Poços de Caldas/MG, à rua Tupã nº 290, Bairro Dom Bosco, CEP 37704-115.

1.3 - FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre da Licitação Tomada de Preços nº 004/12, Processo Administrativo nº 083/12, efetuada com base na Lei Nº 8.666/93 e Legislação em vigor.

Cláusula 2.ª - DO OBJETO:

Constitui objeto deste contrato a EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BAIRRO ESTÂNCIA SÃO JOSÉ, conforme Especificações Técnicas, Critérios de Medição e Pagamento e Proposta Comercial e demais peças integrantes do respectivo Edital, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento.

Cláusula 3.ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Compete à CONTRATADA:

a) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos seus empregados.

b) Assegurar, durante a execução dos serviços, sua proteção e conservação.



Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



c) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, imediatamente e às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.

d) Permitir e facilitar à Fiscalização ou Supervisão da CONTRATANTE a inspeção dos serviços, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados.

e) Participar à Fiscalização ou Supervisão da CONTRATANTE a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação.

f) Executar conforme a melhor técnica os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou ditados pela CONTRATANTE.

g) Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, as legislações e posturas municipais sobre a execução de serviços em locais públicos.

h) Substituir por exigência da Fiscalização, e à exclusiva conveniência desta, qualquer elemento do seu quadro de pessoal alocado aos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

i) Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local de execução dos serviços, para representá-la na execução do contrato.

j) Responder por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

k) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

l) Permitir consulta por parte da fiscalização do CONTRATANTE em quaisquer documentos relativos ao cumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas, recolhimentos previdenciários e demais pertinentes a execução do contrato que se fizerem necessários.

m) Manter durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de que foi vencedora.

n) Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho;

o) Consultar previamente a Fiscalização por escrito a respeito da similaridade dos materiais aplicados, quando for necessário a aplicação de outra marca que não a ofertada nas propostas;


Ana Maria de Vasconcelos
Secretaria Municipal de
Gestão Urbana


Paula G. Sampaio
Procuradora Municipal
Município de São Paulo



Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



- p) Todas as despesas referentes ao transporte dos empregados, hospedagem e a alimentação dos mesmos, bem como, o transporte de todos os materiais necessários à execução da obra;
- q) A fiel observância e cumprimento das disposições contidas no caderno de Especificações Técnicas e as devidas providências do registro da obra no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura;
- r) Apresentar no ato da assinatura do contrato a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), referente à obra em questão, bem como, o comprovante de recolhimento da garantia à execução da obra e seus complementos na hipótese de aditivos ou prorrogação do prazo de vigência contratual;
- s) Apresentar num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a composição dos custos unitários (mão de obra, materiais, equipamentos, etc...) mencionados na sua planilha de custos;
- t) comunicar à fiscalização o término da obra dentro do prazo máximo de 05 dias úteis;

Cláusula 4.ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO

As obras contratadas serão executadas sob o regime de **empreitada por preço unitário**.

Cláusula 5.ª - DO VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 – DO VALOR

O objeto descrito na cláusula segunda será executado pelo preço de R\$ 1.354.960,87 (Um milhão, trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos)

5.2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas objeto desta licitação serão suportadas pela dotação orçamentária nº: 02.07.03.12.365.1205.1101.449051-416 para o exercício vigente e dotações respectivas para o exercício seguinte.

Cláusula 6.ª- DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

6.1 - As medições discriminando e pormenorizando os serviços executados, serão efetuadas no último dia útil do mês da prestação dos serviços, conforme o **caderno de Critérios de Medição** e os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após a emissão das faturas sendo que as mesmas deverão ser emitidas em reais.


Ana Maria de Vasconcelos
Secretaria Municipal de
Controle Interno


Ana Paula G. Soares
Procuradora Intermunicipal
Matrícula 11426
(Sinc)



Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



6.2. Em todas as faturas deverão ser anexadas:

- a) CND do INSS e CRF do FGTS;
- b) Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS);
- c) Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP);
- d) Folha de Pagamento do pessoal efetivamente a serviço da obra;
- e) Cópia da matrícula da obra junto ao INSS (CEI);
- f) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal;
- g) Relatório Fotográfico do serviço executado
- h) Diário de obras do período

6.3 As faturas deverão ser emitidas em reais e deverão discriminar o valor referente à mão de obra e materiais;

6.4 No ato do pagamento, a critério da Secretaria Municipal da Fazenda, valor referente ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) poderá ser retido;

6.5 O efetivo pagamento das medições estará condicionado à apresentação dos documentos acima exigidos.

6.6. O pagamento referente à última medição somente será liberado com a apresentação do seguinte:

6.6.1 - *comunicação, por escrito, da entrega da obra pela Contratada e o aceite da mesma pelo Engenheiro Fiscal.*

6.6.2 - *apresentação (se exigíveis):*

- a) *Da comprovação de baixa da matrícula da obra junto ao INSS (CEI)*
- b) *Apresentação do AVCB- Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros*
- c) *As Built dos serviços executados.*

Cláusula 7.ª - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo de execução da obra é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos**, contados da data da emissão da ordem de serviço pela *Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas*

Cláusula 8.ª - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Prestar à CONTRATADA eventuais esclarecimentos adicionais necessários à execução da obra;

b) Efetuar os pagamentos na forma da Cláusula 6ª;

Ana Maria de Vasconcelos
Secretaria Municipal de
Controle Interno

Ana Paula G. Santiago Marcondes
Procedência Municipal
Matrícula 11919
SMCI



Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



- c) Indicar o responsável para acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem executados;
- d) Aplicar as penalidades cabíveis quando for o caso;
- e) Sustar qualquer serviço em execução, que comprovadamente não esteja sendo executado com boa técnica ou que ponha em risco a segurança pública ou bens da CONTRATANTE, ou ainda por inobservância às ordens e instruções da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA todos os ônus da paralisação.

Cláusula 9.ª - DAS MODIFICAÇÕES E OU ALTERAÇÕES DO CONTRATO:

Qualquer modificação de forma ou quantidade dos serviços objeto deste contrato, poderá ser determinada pelo CONTRATANTE, mediante termos aditivos e observados os limites previstos no § 1º, do art. 65 da Lei nº 8666/93; sendo que a prorrogação do prazo de execução da obra poderá ocorrer a critério do MUNICÍPIO nos casos de acréscimo dos quantitativos antes previstos; ou ainda na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, reconhecida pelo Município.

Cláusula 10.ª - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO:

A Fiscalização da execução dos serviços será feita pelo Município, através de seus serviços próprios de engenharia, ou por terceiros legalmente autorizados.

Cláusula 11.ª - DAS PENALIDADES:

11.1 A recusa injustificada do Adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou rejeitar o instrumento equivalente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o ao pagamento da multa de 10% do valor do contrato;

11.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente contrato, garantida a prévia defesa, serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) Advertência.

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução parcial do contrato a ser paga pela CONTRATADA, quando deixar de cumprir qualquer cláusula do mesmo ou der motivo à sua rescisão.

c) Suspensão temporária do direito de participação em licitações com o Município de Poços de Caldas pelo prazo de 2 (dois) anos.

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso da CONTRATADA subcontratar no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem a expressa anuência da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas.

e) Pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos neste contrato, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia de atraso.



Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



f) Multa de 20% (vinte por cento) pela inexecução total do contrato, incidindo sobre o valor total do mesmo.

g) Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato pela realização da obra ou serviço em desacordo com as Especificações Técnicas – Anexo I, do Edital.

A aplicação de qualquer penalidade prevista neste contrato não exclui a possibilidade das demais penalidades previstas nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

Cláusula 12.ª - DA RESCISÃO:

A CONTRATANTE poderá promover a rescisão do contrato, garantida a ampla defesa, se a CONTRATADA:

- a) Não observar os prazos estabelecidos, no contrato ou em ordem de serviço.
- b) Não observar o nível de qualidade proposto para execução dos serviços e obras.
- c) Desatender às determinações regulares da Fiscalização.
- d) Paralisar as atividades por prazo superior a 3 (três) dias, sem motivo justificado e sem prévia autorização.
- e) Estiver cumprindo o contrato com lentidão, levando a presumir a não conclusão da obra ou serviço no prazo estipulado.
- f) Subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto de contrato, sem a prévia e expressa autorização.
- g) Dissolver a sociedade, alterar o contrato social ou modificar a finalidade ou a estrutura da empresa, de tal forma que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato.
- h) Tiver decretada sua falência, ou instaurada sua insolvência civil.
- i) Rescindido o contrato, a CONTRATADA terá retido todo o crédito decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

Ana Paula G. Sampaio Magalhães
Procuradora Institucional
Município de São Paulo
ENVI

Cláusula 13ª - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:



Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



Para os fins do disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93, deverá ser observado:

A CONTRATADA, antes do pagamento da última parcela prevista em cronograma físico financeiro, formalizará através de comunicação por escrito em no máximo 05 (cinco) dias úteis, o encerramento dos serviços/obras à fiscalização e solicitará o termo de recebimento provisório.

Após tal comunicação ao CONTRATANTE, será lavrado o citado **Termo de recebimento provisório** em até dez dias úteis

13.1 O referido recebimento provisório não isenta a contratada da responsabilidade decorrente de defeito de execução, nem de sua obrigação pela conservação e proteção do serviço realizado, tudo sem ônus para o Município.

13.2 O Município rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento, se em desacordo com o contrato, podendo, entretanto, recebê-lo com o abatimento de preço que couber, desde que lhe convenha.

13.3 O **recebimento definitivo** dos serviços será efetuado pela comissão supracitada, mediante termo assinado pelas partes desde que a obra/serviços não apresentem vícios ou defeitos.

13.4 Nos termos do Art. 9º. do Decreto Municipal 9.953/10 para obter o atestado de conclusão dos serviços, a liberação do Termo de Recebimento Definitivo do Serviço de Engenharia, a empresa executora deverá apresentar à Comissão de recebimento, juntamente com o Termo de Recebimento Provisório, os seguintes documentos:

- I - As *Built* de todos os projetos devidamente plotados e assinados;
- II - cópia dos Boletins de Fiscalização de Obra (emitidos pelo Fiscal), bem como laudos de medição da obra, contendo a especificação e quantificação dos serviços executados, devidamente datados e assinados pela fiscalização;
- III - cópia do Diário da Obra (emitido pela Contratada);
- IV - ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica) de todos os projetos com seus devidos recolhimentos;
- V - laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros (se for o caso);
- VI - relatório fotográfico (quando solicitado pela Comissão / Fiscalização);
- VII - cópia dos manuais e certificados de garantia dos equipamentos instalados na Obra pela Contratada (ar-condicionado, elevador, compressor, transformador, entre outros);
- VIII - ART's de execução de obra;
- IX - documento de prestação de garantia contratual oferecida para assegurar a plena execução do contrato, quando cabível;
- X - matrícula da obra junto ao INSS;
- XI - comprovantes de que o contratado se mantém em situação regular no cumprimento dos encargos sociais.

Ana Paula G. Sampaio Macedo
Procuradora Municipal
Matrícula 1.9529
19/03

Cláusula 14ª - DA REVISÃO CONTRATUAL



Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas



Na eventualidade de prorrogação de prazo de execução das obras por período que ultrapasse 12 meses da data de apresentação das propostas, por motivos justificados e aceitos pela Administração, o saldo contratual, a critério da CONTRATANTE, será reajustado conforme a variação do Índice pertinente publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, salvo modificações na política monetária em vigor.

Cláusula 15ª DA GARANTIA À EXECUÇÃO CONTRATUAL


15.1. A CONTRATADA prestou garantia, em conformidade com os termos dispostos no edital no seu item 17, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, devendo ser atualizada a cada acréscimo ou diminuição do objeto do mesmo. A vigência da referida caução terá validade até 90 (noventa) dias após o término do contrato;

15.2. O valor de R\$ 67.748,05 (sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinco centavos) dado em garantia, responderá pelas multas aplicadas à CONTRATADA, podendo ser retido para satisfação de perdas por parte da CONTRATADA no curso do contrato, devendo ser exigida complementação, caso seja insuficiente o valor disponível para atender ao débito

Cláusula 16ª - DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Poços de Caldas para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja. E por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Poços de Caldas, 11 de MAIO de 2012.


Cibele Terezinha Melo Benjamin
Secretária Interina de Projetos e Obras Públicas
(Contratante)


Jean Carlos Bertolini
Construções J & C Ltda- ME
(Contratada)

TESTEMUNHAS:

NOME: Rose Anne S. Costa Silva
ENDEREÇO: R. Fátima Tonaca, 49
CPF: 384 424 906 63


Ana Maria de Vasconcelos
Secretaria Municipal de
Contratos Internos

NOME: 
ENDEREÇO: R. 
CPF: 604302116-0